

Um dia decisivo no Congresso

Ontem foi um desses dias de grande importância para o Congresso Nacional, para o governo, para as oposições e para os rumos do País. Ao mesmo tempo que intensos debates e uma crucial batalha política cercavam a votação da reforma administrativa, uma das principais em que o governo se empenhava, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, submeteu-se durante várias horas às indagações, críticas e opiniões dos parlamentares sobre praticamente todos os assuntos decisivos do momento, da crise dos mercados internacionais às minúcias das medidas adotadas pelo governo.

Acompanhamos passo a passo os debates com o ministro e, a nosso ver, ele saiu-se bem exatamente porque, como se diz popularmente, abriu o jogo tão amplamente quanto era possível e recomendável. Em nenhum momento considerou perfeito, acabado e definitivo o conjunto de medidas adotadas e também não adotou a postura triunfalista de que a crise esteja superada e o País livre de ameaças.

Essa postura paciente, de explicar as medidas, analisar as alternativas junto com os parlamentares e não negar que o cenário mundial ainda ofereça riscos que podem exigir novas providências, suscitou da parte da deputada Yeda Crusius (PMDB-RS) uma observação que reputamos relevante. Para ela, o simples fato de o governo ter decidido expor o seu principal ministro a tão longa e minuciosa sabatina revela alto grau de respeito pelo Congresso e reforça as relações entre os dois poderes. Diríamos mais até. Essa decisão do go-

verno e o conteúdo das respostas e ponderações do ministro Malan certamente contribuirão para maior entrosamento e maior colaboração entre Executivo e Legislativo neste momento difícil da vida nacional.

Destacamos entre as declarações do ministro uma que nos parece indicativa da necessidade de que se mantenha esse clima positivo. Ressaltando que numa situação de catástrofe a sociedade não pode aceitar a paralisia, omissão ou inação do governo, ele acrescentou que “as medidas que estamos

As explicações do ministro Malan podem trazer um novo clima de cooperação

tomando e continuaremos tomando” devem contar com o apoio do Congresso, reconhecendo também que “outras iniciativas poderão ser adotadas”. Eis aí a advertência de que os riscos ainda não desapareceram, embora as medidas anunciadas sejam suficientes “por enquanto”. Mencionou, a propósito, sem poder revelar, que o governo continua trabalhando na “regulamentação de certos tipos e graus de alavancagem” com agências reguladoras.

Ele negou, porém, peremptoriamente, que o governo esteja buscando acordos com o FMI, pois “temos reservas de US\$ 53 bilhões e não precisamos de ajuda externa”. Mas, sabendo que nessa turbulência o futuro é imprevisível, explicou que “se e quando um dia, como país membro decidirmos, nós recorreremos ao Fundo com a maior tranquilidade”.

Respondendo à crítica de por que as medidas não foram adotadas antes, esclareceu que “são emergenciais, para uma situação emergencial” e se fossem lançadas antes produziriam reações muito diferentes, inclusive da parte do Congresso. O governo confiava em que a situação melhoraria com uma política gradualista, pois os déficits fiscal e externo vinham caindo regularmente, mas, “com a crise, o gradualismo deixou de ter serventia”.

Não escondeu também que as medidas poderão reprimir a economia e aumentar o desemprego, dependendo da sua duração, mas procurou mostrar que sem elas o Brasil e sua economia seriam muito mais afetados e os sacrifícios para a população maiores ainda.

Enquanto ele falava, o leilão da Enersul, que obteve 83% de ágio, comprovava que o lado real da economia brasileira continua atraente e confiável, sem dúvida também por efeito das medidas que o governo baixou.

Creemos ter ficado claro, como já dizíamos anteontem, que a ajuda do Congresso neste momento é crucial, e muito mais para o futuro do País do que para a sorte do atual governo. Se, a partir do clima resultante dos debates de ontem, os sinais de apoio parlamentar se tornarem claros e positivos para os mercados externo e interno e para a opinião pública, inclusive na tramitação das reformas, não haverá dúvida de que o País conseguirá ultrapassar essa fase de incertezas de maneira muito mais rápida e com menores sacrifícios para todos. ■